



CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Portaria CBPM- 015/01/2020, de 29-6-2020

Altera o §1º do Artigo 1º, da Portaria nº CBPM-04, de 31-03-2020, remunerando individualmente cada consulta ambulatorial realizada durante todo período de atendimento pré-natal

O Superintendente da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM, considerando que:

1. O Artigo 1º, §1º, da Portaria nº CBPM-04, de 31-03-2020, define que será considerado retorno, e, portanto isenta de cobrança, a nova consulta com mesmo diagnóstico dentro de 30 dias para consultas ambulatoriais, e ainda, no §2º do mesmo artigo, não considera retorno, portanto sujeitas a nova cobrança, as consultas com diagnósticos diferentes. 2. A interpretação do prazo de retorno constante na referida Portaria pode gerar dificuldades para o faturamento das consultas relativas ao acompanhamento de pacientes gestantes. 3. Nos casos de obstetrícia as Autoridades de Saúde sugerem, em especial no atendimento de pré-natal, regramento próprio no tocante aos intervalos entre as consultas regulares, resolve:

Artigo 1º - O Artigo 1º, da Portaria nº CBPM-04, de 31-03-2020, nos casos de obstetrícia, em especial no atendimento de pré-natal, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 1º -

§ 1º - Será considerada retorno, e, portanto, isenta de cobrança, a nova consulta com mesmo diagnóstico dentro de 30 dias para as consultas ambulatoriais. § 2º - Não serão consideradas retornos, e, portanto, sujeitas a nova cobrança, as consultas

com diagnósticos diferentes. § 3º - Nos casos de obstetrícia, em especial no atendimento de pré-natal, serão consideradas consultas regulares, quando seguirem o seguinte regramento: a. consultas mensais: até a 28ª semana de gravidez; b. consultas quinzenais da 28ª até a 36ª semana; c. consultas semanais a partir da 36ª semana até o parto."

Artigo 2º - As consultas abrangidas pelo §3º do Artigo 1º estarão cobertas pelo Sistema de Atendimento Médico-Hospitalar, remuneradas individualmente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 31-03-2020.